

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário



012ª COSMAM 30ABR2024

Pauta: Plano de investimentos para universalização do esgoto na Região Metropolitana e como isso impactará no Guaíba.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h13min) Estão abertos os trabalhos da 12ª reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Hoje a nossa pauta é o plano de investimentos para a universalização do esgoto na Região Metropolitana e como impactará no Guaíba. Quero agradecer as presenças e, de imediato, eu já passo a palavra ao proponente da pauta, o Ver. Ramiro Rosário.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Lourdes, meus caros colegas aqui – Tanise, Cláudia e Oliboni –, um bom dia a vocês, um bom dia a todos que estão presentes também aqui, acompanhando pela TVCâmara. Vamos chamar para compor a Mesa, presidente, antes, os convidados?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Representando a Procuradoria-Geral do Município, representando o Dr. Roberto Silva da Rocha, a Dra. Fernanda Chachamovich; representando a Aegea Saneamento e Participações

S.A., o Sr. Cesar Luis de Araújo Faccioli, gerente de relações institucionais. Tem algum representante mais do Município? Do DMAE? (Pausa.) Pode passar à Mesa. (Pausa.) Ah, sim, ela é procuradora do DMAE também. Então vamos dar início agora, sim, passando a palavra ao Ver. Ramiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito, obrigado, presidente Lourdes; há muitas décadas se fala sobre a poluição do Guaíba. Sempre é um tema relevante quando a gente trata não apenas da qualidade da água que é distribuída aos porto-alegrenses, mas também de aspectos de bem aproveitar os espaços urbanos. A revitalização de dois trechos da orla do Guaíba, mais recentemente todos os investimentos realizados no Cais Mauá, no Cais Embarcadero têm despertado também a vontade do porto-alegrense, dos nossos turistas, de nós termos um Guaíba, que não seja poluído, de um Guaíba, que tenha balneabilidade. Isso é lembrado a cada verão também, Ver. Oliboni, quando se fala das condições de banho lá no Lami, no Extremo-Sul da cidade. E obviamente, quando a gente vê avanços na região do Extremo-Sul da cidade, para que a cidade possa ter um espaço de qualidade para banhistas, visitantes, porto-alegrenses, a gente acaba também querendo que isso se expanda para outros pontos da nossa orla, dos nossos mais de 70 quilômetros de orla do Guaíba. A cidade de Porto Alegre tem o DMAE há mais de 65 anos no modelo estatal, é uma autarquia do Município. Nesse período de quase sete décadas, infelizmente nós, como Município, não conseguimos entregar uma coleta e tratamento de esgoto a contento. Nós tratamos apenas 54% do nosso esgoto; todo o restante, tudo que sai das casas, das empresas vai diretamente para os nossos arroios ou para o Guaíba. Isso obviamente acaba trazendo uma série de malefícios, desde a dignidade humana, de as pessoas vivendo literalmente dentro do esgoto, também traz muitos problemas na área da saúde, traz problemas sociais. Há indicadores, há pesquisas que demonstram a correlação direta entre a falta de saneamento e aspectos inclusive na segurança pública, porque acaba trazendo ali uma série de situações indignas, de perpetuação da miséria, da pobreza, nas cidades, a partir do momento que não se tem o

investimento em saneamento público, também saneamento básico. Também contribui obviamente para o meio ambiente, a partir do momento que nós temos todo esse esgoto *in natura* indo para os arroios ou para o nosso manancial, o Guaíba. Aqui na Região Metropolitana, nós temos observado os avanços com a Aegea, desde a privatização da Corsan, investimentos vultosos, investimentos pesados para aumentar a qualidade de vida da população de diversos municípios da Região Metropolitana que são atendidos pela antiga Corsan, pela atual Aegea. Eles estão preparados, e hoje aqui o objetivo é este, mostrar a apresentação desses investimentos e de como a Aegea está se preparando para buscar a universalização do esgoto e atingir o Marco Legal do Saneamento. Lembro aqui que o Marco Legal do Saneamento prevê que, até 2033, os municípios, os estados de todo o Brasil atinjam uma universalização; portanto, levar esgoto a 100% ou a 99% das moradias, das empresas, das indústrias. E a gente observa com muita preocupação a situação do DMAE, porque o investimento necessário, num curto espaço de tempo, ele é altíssimo e sabemos que o poder público tem as suas dificuldades não apenas de recurso, mas também de capacidade de gestão a partir do momento que, quando nós temos um modelo de autarquia, como é na cidade de Porto Alegre, toda e qualquer contratação de obra ou serviço depende de processos licitatórios, Dra. Chachamovich. E por mais que o gestor tenha boa intenção, por mais que o gestor tenha competência, muitas vezes, para poder gerenciar um processo licitatório, a própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos e as disputas judiciais também entre as empresas em processos licitatórios acabam fazendo com que, muitas vezes, as obras e os serviços não iniciem. Nós temos diversos modelos nesse sentido. Tivemos recentemente aqui na questão da Ponta do Arado, por exemplo, a vontade da Prefeitura, vontade do DMAE, em avançar no processo de construção, mas houve barreiras burocráticas, barreiras de processos inclusive licitatórios que fizeram com que parte dessas estruturas, dessa parte de infraestrutura não pudesse avançar – e esse é um problema exclusivo do poder público. Na iniciativa privada, se determinada empresa, se determinado consórcio acaba não atendendo às expectativas, simplesmente se

altera o contrato de forma muito mais fácil, buscando sempre fazer uma contratação de uma forma mais célere, que também vise, obviamente, o bem comum, vise a possibilidade de as pessoas terem ali um serviço público de qualidade, porém não estatal. Então, o objetivo hoje é que a gente possa ouvir a Aegea, ver aqui a apresentação que eles têm, com o foco muito especialmente na Região Metropolitana, ficando aqui a nossa preocupação: caso a Aegea consiga evoluir no processo de universalização do esgoto, nos municípios da Região Metropolitana, a cidade de Porto Alegre passará a ser a contribuidora de poluição para o Guaíba única. Nós teremos ali uma diminuição significativa da poluição em rios que chegam no Guaíba, como é o caso do Sinos, como é o caso do Gravataí, e, dentro desse processo, teremos aí Porto Alegre contribuindo, seguindo com a contribuição de poluição para o Guaíba, enquanto esses outros municípios terão cumprido o determinado pelo marco legal do saneamento. Então o objetivo da reunião é este: a gente ver um bom exemplo, um bom modelo que está sendo implementado na Corsan, e quem sabe inspirar aqui a todos nós também, para que a gente busque algo parecido com o DMAE em Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, quero cumprimentar a Ver.^a Lourdes, presidente desta comissão; Ver. Ramiro, proponente da pauta; Ver. Oliboni, Ver.^a Mônica, Ver.^a Tanise; nossos convidados que estão conosco aqui, sejam bem-vindos. Quero dizer que é uma pauta extremamente importante, Ver. Ramiro, quando a gente fala de saneamento, aí a gente fala de esgoto, fala de drenagem, fala de água para todos, que é extremamente importante, é um tema que urge. Precisamos falar que hoje temos mais de 800 ocupações em Porto Alegre de forma irregular e que não existe governo capaz e suficiente para atingir, porque hoje nós temos 800; amanhã, nós vamos ter 900. Mesmo que a gente tenha um trabalho

incansável, mutirões e mutirões para trabalhar essa questão, nós não vamos resolver esse problema da forma como está. Quando falamos de um marco de saneamento, onde temos metas para cumprir, sabemos que isso não vai acontecer também, porque, até 2030, 2033, com tudo isso que a gente tem para fazer, nem Jesus vai conseguir resolver. Então é claro que a gente precisa iniciar, precisa falar, precisa buscar soluções, precisa buscar alternativas, investimento e tentar mudar essa realidade, mas ela é bem difícil.

Hoje nós temos um outro problema muito sério, que é a questão dos lotes vendidos, prometendo o céu e entregando o inferno. Hoje nós temos pessoas que compram terras, loteiam, vendem, prometendo saneamento, prometendo tudo – isso também não acontece, e acaba caindo no colo do Município, no colo das cidades. Então esse é outro tema que a gente não consegue também resolver.

Essa contaminação por esgoto, nessas 800 ocupações, que muitas vezes cai na vala ao lado da casa, no riacho e que vai parar no nosso lago Guaíba, é extremamente urgente a gente buscar soluções. Acho que a gente precisa ouvir quem pode nos trazer alguma orientação, somos parceiros para buscar soluções, mas é um tema extremamente difícil, complicado e que nós vamos levar muitas gestões, quem sabe séculos, para resolver. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, presidente, colegas. Esse tema do DMAE é muito conhecido nesta Casa, até porque nós tivemos um prefeito, João Antônio Dib, que também foi secretário, que era completamente contra a privatização e a concessão do DMAE. Eu tenho aqui várias questões que são importantes, claro, tirando a questão do esgoto, que eu acho que nós temos que separar, não é? Mas é muito importante as anotações que eu tenho e que recebo sempre do meu partido, porque o Dib realmente foi um prefeito ligado nessa área, é que nós tivemos, nos últimos tempos, um sucateamento no DMAE. Nós

tínhamos aqui, no DMAE, em caixa, R\$ 400 milhões, que eram para ser investidos e não foram investidos, não foi aplicado na manutenção e nos investimentos.

Então, eu realmente me preocupo muito com essa necessidade de querer fazer um projeto de concessão, de privatização, sem um amplo debate de pessoas que entendam dessa área, porque, no passado, não faltava água em Porto Alegre, agora falta. Também tem aqui pesquisas que mostram que, se nós fizermos algum movimento errado, nós vamos prejudicar a população com o aumento de contas, de tarifas. Então, realmente, não pode ser só uma reunião, nós vamos ter que ter várias reuniões sobre o tema. Acho apropriado que o Ver. Ramiro tenha trazido uma pauta muito importante que nos diz respeito, principalmente nós, vereadores, que fazemos leis, que legislamos, precisamos estar em completa sintonia com a necessidade da população. E estou aberta aqui para que me convençam do contrário, mas, até o momento, eu tenho dito que sou completamente contra a concessão, a privatização do DMAE. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ainda complementando o que a Ver.^a Mônica falou, eu acompanho o DMAE desde o Socioambiental, lá por meados de 2000. E, depois, a concretização desse megaprojeto, que foi subaquático, uma luta muito grande de moradores da Zona Sul, e o DMAE tinha uma equipe de engenheiros qualificadíssimos, o corpo técnico idem, e muitos se aposentaram e não houve, acredito, a reposição de recursos humanos. Foi um projeto, o Socioambiental, de milhões de dólares, então eu acredito que cumpriu um marco regulatório até 2033, Ver. Ramiro, no Brasil, onde a gente vê o que acontece nas casas de pau a pique, ao chegar a tubulação, vamos dizer assim, e sobe aqui no morro para ver como é que foi feito, é tudo em cima da terra, puxando canos lá para cima. Nem todas essas moradias oferecem condições de fazer uma adequada instalação, vamos dizer assim. Não sou técnica; eu conheço na prática a situação. Então, eu acho que, como a Ver.^a Mônica falou, temos que fazer muitas outras reuniões para que venham nos convencer de que realmente o Município, o poder público não terá investimento para tocar obras

de saneamento, buscar solução. Mas como a Ver.^a Cláudia também falou, até 2033 nós atendemos o marco regulatório, está aí, menos de 10 anos. Muito obrigada e eu passo a palavra já para o Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Ver.^a Lourdes, presidente da nossa comissão; colegas vereadores Ramiro, a Cláudia, a Tanise e a Mônica, nossos convidados, tanto do governo do Estado, como do Município. Eu queria fazer algumas perguntas: primeiro, Estado e Município interagem num projeto estratégico como esse que o Ramiro está trazendo com relação... (Problemas na conexão.) ...Queiram ou não, estão inclusive prefeitos... (Problemas na conexão.) ...um fórum em Porto Alegre. Eu não participo, mas já ouvi na Granpal e tal. Mas quando a pauta é trazida para Porto Alegre, aí, é claro... (Problemas na conexão.) ...o DMAE, como estão sendo feitas as licenças desses grandes empreendimentos, que, por sua vez, me parece que a contrapartida não fica no saneamento básico. As redes estão sendo interligadas para o tratamento de esgoto? Sim ou não? Por que não? Ou, se é sim, ótimo. A gente percebe também em áreas que também são ocupadas, e muitas são ocupadas, que não têm saneamento básico. E vem acontecendo que esses córregos ou adjacentes, como chamam, eles na verdade não são tratados, não têm um tratamento; vão tudo, por exemplo, para o arroio Dilúvio, na Ipiranga, ou para outros. Como Porto Alegre pretende chegar a atender esse marco regulatório até 2033? Como o Município tenta buscar esse recurso? Porque são R\$ 25 bilhões que o governo federal vai liberar. Tem projeto estratégico para isso? Nós visitamos, inclusive enquanto COSMAM, lá na região Norte, Cláudia, ali perto do posto de saúde, te lembramos que nós fomos em duas agendas que o Freitas pautou? Em cada enxurrada ou em ou grandes fortes chuvas, os muros de arrimo acabam caindo e não há nenhum investimento nesse sentido. Há, vamos dizer assim, uma ação de governo, mas provisória; porque, segundo o governo, precisa ter muito recurso para isso. Como Porto Alegre está pensando a cidade de Porto Alegre para daqui a dez, vinte, trinta anos?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. Então, só antes de passar para os nossos convidados, quero fazer aqui a referência, a intenção é justamente essa, Ver.^a Mônica, Ver.^a Lourdes, que nós possamos ter essa discussão de uma forma muito franca e trazendo bons modelos, bons exemplos, para que se possa buscar um caminho do meio, ou um consenso nos pontos que a gente acredita de comum acordo aqui, que a gente consiga a evoluir. O objetivo realmente é esse de trazer essa pauta hoje para esta reunião. Uma coisa muito importante que a Ver.^a Cláudia falou a respeito das nossas mais de 700, cerca de 800 comunidades irregulares, sem sombra de dúvidas, esse é um dos grandes focos de problema na questão do saneamento público e da contribuição de poluição realmente para o manancial, para o Guaíba ou para os nossos arroios. Porém, não é apenas nas comunidades irregulares. Qualquer um de vocês aqui pode abrir o Google Maps, o Google Earth e ver ali na região do Anfiteatro Pôr do Sol nós temos a chamada língua negra, a língua negra é esgoto *in natura* que sai, e muitos pensam que é do arroio Dilúvio, pela proximidade; mas não é, é do canal da Rua da República. Boa parte das economias, das moradias, dos prédios da região da Cidade Baixa não estão ligadas no separador absoluto, não estão ligadas na rede cloacal. Existe a rede cloacal, mas as casas, os prédios, as empresas não estão ligados a essa rede. Então é uma questão que pode ser de fácil comprovação, basta olhar no mapa, na foto de satélite. Vê-se aquela língua negra, vê-se o esgoto saindo pelo canal da Rua da República, que é um dos mais antigos da cidade, que deveria hoje apenas trazer para o Guaíba a água da chuva, do pluvial, mas acaba trazendo esgoto *in natura* para o nosso manancial.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito boa pauta, porque se teve o Socioambiental, temos que ver por que não foi interligado e também responsabilizar os moradores. Há muitos anos as casas eram todas nesse sistema antigo, inclusive a casa que eu comprei. O DMAE bateu lá, tivemos que fazer todo um trabalho. Mas eu lá sabia o que era isso? Botavam lá um colorido na água dos banheiros e saía no tal esgoto, mas nunca mais, isso faz 30 anos.

Muito bem, então vou passar a palavra para o representante da Aegea. O debate é assim, inicia assim. O Sr. Cesar Luis de Araújo Faccioli está com a palavra.

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Muito bom dia a todos, peço licença para saudar a todos na pessoa do Ver. Ramiro, da Presidente, é uma forma também de eu evitar precisar citar o sobrenome da procuradora, mas receba a minha saudação também, não tenho competência para fazê-lo. A todos os presentes, uma referência especial à Liliani, nossa diretora de sustentabilidade da Corsan, que nos acompanha também e fica à disposição para, se for o caso, no momento de perguntas e esclarecimentos, especialmente na área técnica, especificamente da sustentabilidade.

Bem, eu me chamo Cesar Faccioli, sou relações sociais da Aegea. O Dr. Dallazen já se justificou ao Ver. Ramiro sobre a pauta que surgiu, e eu aqui tenho a desafiadora missão de substituí-lo.

É muito importante que se faça uma discriminação inicial. Se me permitem, o meu papel, seguindo nos estritos termos da missão nos passada na demanda do Ver. Ramiro, não é produzir nenhum convencimento, muito menos pelo contrário, a ideia é que a gente possa aqui, e foi o que o vereador falou para o Dallazen...Assim, eu acho que, na verdade, e ouvindo a Ver.^a Mônica, se encaixa completamente na necessidade desta Casa e de todas as casas parlamentares, independente se municipal, estadual ou federal, a tomada de decisão tem que ser muito bem informada. Então a ideia, o desafio que o Ver. Ramiro nos passou é informar o máximo possível o que a Aegea, no caso, a Corsan – eu represento também a Aegea. A Aegea, para quem não sabe, é a nova controladora da Corsan a partir de uma decisão do Estado do Rio Grande do Sul, por sua por sua assembleia. Nós temos aqui uma situação que, por enquanto, é a única do Brasil, uma desestatização plena, total da empresa pública, que, até então, era responsável pelo saneamento. E hoje nós temos a Corsan privada através do controle da governança da Aegea, essa empresa que eu represento. E a ideia, evidentemente com a autorização da Presidente e dos vereadores, é fazer uma rápida apresentação com, digamos assim, as principais contribuições, os

impactos positivos ou os impactos – o positivo é avaliação minha – dentro dos municípios que nós estamos operando aqui na Região Metropolitana, nesse microsistema da bacia do lago Guaíba, do rio Gravataí, do rio dos Sinos e do rio Caí. Essa palavra sistema, talvez eu a repita algumas vezes, não vai ser por falta de repertório, é necessário que se faça, por que a gente está tratando de um sistema.

(Procede-se à apresentação.)

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Bom, rapidamente, a Aegea – a empresa que venceu a licitação na modalidade e leilão e assumiu o controle acionário da Corsan pública agora privatizada – é hoje, no segmento privado de saneamento básico, a maior empresa do Brasil. A empresa tem pouco mais de 13 anos e já é a maior empresa de saneamento privado do Brasil. Nós estamos hoje em 14 estados, basicamente através de concessões plenas e algumas PPPs como aquela que tínhamos aqui na Região Metropolitana antes da privatização. Talvez vocês já conhecessem a Aegea pelo nome de Metrosul, a Metrosul é a PPP que fez a gestão de esgoto de nove municípios da Região Metropolitana, em pouco mais de dois anos de vigência já com entregas. E os impactos me parecem bem importantes. Por que é importante? Por que, nas apresentações, a gente coloca sempre a equação societária. O Ver. Ramiro até já facilitou muito a minha fala, porque ele antecipou algumas coisas que eu ia dizer. Na verdade, o novo marco do saneamento, entre outras razões principais, talvez a principal foi buscar a atração do capital privado, considerando que a história até aqui, independente de toda a competência dos quadros maravilhosos que a Corsan pública tinha – eu, no meu tempo de Ministério Público, convivia diretamente com os colegas da Corsan, são quadros maravilhosos – só que tinha uma estrutura jurídica de governança. O vereador falou, para que vocês tenham ideia, nesse período que nós estamos – que não fechou um ano ainda que nós viramos a chave e assumimos a gestão da Corsan, agora é privada –, uma projeção muito modesta diz que, nesse pequeno período nós deixamos de realizar na contratação, ou uma média pelo menos, em torno de 2.000 licitações,

vereadora. O que que significa isso em termos de rapidez na resposta? Atalho na burocracia. Então por que aquela formação é importante? A Aegea tem 70% do capital da empresa originária que são empreendedores do interior de São Paulo, uma empresa que ainda tem um perfil familiar, são duas famílias do interior de São Paulo. A Itaúsa é a base financeira, é fundamental, eu acho que dá segurança, não apenas à empresa e aos acionistas, dá segurança aos municípios que optam por esse caminho, e eles têm, à sua disposição, a empresa.

O GIC, para quem não sabe, é o fundo soberano de Cingapura. Por que ele é importante? Primeiro porque ele é um recurso fundamental para garantir a sustentabilidade e saúde financeira para o aporte de alguns bilhões nos próximos anos aqui no Rio Grande do Sul, pelo menos nos 317 municípios da Corsan. Segundo, o GIC é hoje o maior fundo mundial de investimento em projetos de sustentabilidade socioambiental. Significa dizer que traz junto com a empresa, além da obrigação contratual de esgoto e água, que é o mínimo e o básico, e é o contratual – eu entendo perfeitamente algum ceticismo que as vereadoras manifestam, que é um ceticismo meio comum e ordinário, porque a gente tem toda a história recente e não tão recente do Brasil de descumprimento basicamente de programas e metas –, então realmente é um desafio. Hoje, já são menos de nove anos para a meta do saneamento básico, do novo marco, que significa que em 2033, portanto, um pouquinho menos de nove anos, nós vamos ter que chegar a pelo menos 90% nos municípios da Corsan de saneamento básico tratado e entregue, digamos assim, à comunidade, e 99% de água tratada, o que evidentemente é um grande desafio. Esse é o quadro que garante os recursos que são absolutamente imprescindíveis para que a Corsan, agora privada, dê conta do que a Corsan pública não podia fazer por várias circunstâncias.

O próximo *slide* é só um resumo do crescimento nesses quase 14 anos. Nós começamos com um número muito pequeno de municípios e hoje já temos mais ou menos aquele valor ali. Então, são quase 7 milhões de habitantes, já é mais que isso.

Esses são alguns dos programas que vêm junto naquilo que eu chamaria de pacote Aegea/Corsan. Como eu disse, a Aegea está em 14 estados. Por exemplo, nós temos os dois maiores blocos hoje operando saneamento básico no Rio de Janeiro – em seguida eu faço uma referência em relação a isso. A empresa, na sua política, traz junto uma espécie de *kit* de programas de sustentabilidade sociais, especialmente, que tem a ver com o compromisso e com a necessidade de gerar na comunidade uma sensação de que essa nova Corsan é tão ou mais local do que a Corsan sempre foi. É importante que se diga, ao contrário do que muitas pessoas possam imaginar, em todo o Brasil, Ver.^a Mônica, após vencer uma licitação, uma PPP, uma concessão, a Aegea define um nome para aquela operação. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, é chamada Águas do Rio. Por que aqui no Rio Grande do Sul a Corsan continua sendo Corsan? Por vários motivos que acho que nós conhecemos, nós gaúchos, especialmente. A empresa fez uma pesquisa séria, contratando uma consultoria para saber se a população queria a manutenção do nome. Sabendo o quê? Que a empresa está chegando no Rio Grande do Sul, e o Rio Grande do Sul é singular, é peculiar, temos as nossas idiossincrasias. Dizem que somos bairristas, eu morro negando, mas, enfim, por incrível que pareça, eu venho negociando com dezenas de prefeitos. É importante dizer que a gente está numa fase na empresa, vereadores, de regularização dos contratos de programa da Corsan pública para a nova Corsan privada, para a necessidade de regularizar uma concessão. Mais ou menos nove, procuradora, de dez prefeitos, para não dizer mais, têm uma série de reclamações, não dos servidores da Corsan, porque praticamente todos são elogiados, mas da dificuldade da Corsan pública em fazer entregas, de basicamente cumprir prazos, construir estações, rede, enfim, especialmente de esgoto. Não obstante, mais de 80% dos pesquisados optaram por manter o nome Corsan, o que, para nós, é um símbolo gaúcho, enfim, assim como a CEEE, Banrisul, etc.

Essa referência de embaixadores da saúde, mais ou menos ali, a gente tem três exemplos que são expressões dessa diretriz da empresa. A Lagoa de Araruama tem uma situação bem específica que não é só ali. Dentro das concessões e

PPPs – e eu acho que tem muito a ver com a região metropolitana de Porto Alegre –, e sem nenhuma intromissão e nenhum juízo de valor sobre as demais operações, especialmente de Porto Alegre, vereadora, mas é só um exemplo de uma contribuição positiva. Naquela lagoa, por exemplo, dentro da concessão no Rio de Janeiro, em aproximadamente dois anos a gente conseguiu um processo de despoluição. Por que tem um cavalo-marinho? Para quem é da área ambiental certamente sabe do que eu estou falando. O cavalo-marinho na fauna aquática talvez seja o animal mais sensível à poluição. Um nível razoável de poluição extingue o cavalo-marinho naquele corpo hídrico. Então, como voltou à vida e reapareceram os cavalos-marinhos, virou um símbolo daquela operação, é um processo de despoluição que está acontecendo na Baía de Guanabara, está acontecendo, por exemplo, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Em Águas de Manaus, a gente conseguiu construir, e evidentemente isso implica, amigos e amigas, especialmente nossos vereadores, mexer no Capex, no investimento, o que significa aportar mais recursos, redefinir recursos. Nós tivemos que fazer uma canalização aérea em Manaus, considerando as circunstâncias locais e a necessidade evidentemente de dar não apenas saúde, mas dignidade para aquela população. Eu acho que quem conhece Manaus tem uma ideia muito clara do que a gente está falando, de como é que funcionam aquelas residências absolutamente precárias, sobre palafitas, pela circunstância evidentemente do próprio estado. Na Águas do Rio, aquilo representa o quê? Entre os programas sociais que a Aegea oferece ao poder concedente, essa é uma decisão e uma política pública de cada prefeito. Porém, a gente apresenta essa espécie de *kit* de ações de sustentabilidade social, ações sociais, ambientais e de governança, por exemplo, de *compliance*, e dentro da política e da escolha, evidentemente, legítima de cada prefeito, a gente constrói junto em parceria. O que aconteceu ali na Águas do Rio? Eu acho que todos têm pelo menos uma noção da situação do Rio de Janeiro, especialmente dos morros periféricos do Rio de Janeiro, e toda a situação da questão da empregabilidade ou falta dela, a questão da falta de segurança, e todo o contexto do Rio de Janeiro, que eu acho que é conhecido de todo o Brasil. O que nós fizemos ali? Boa parte das pessoas contratadas para

a operação são pessoas das comunidades. Isso tem dois grandes vieses, vereadores: a empregabilidade de quem estava sem trabalhar e sem perspectiva de trabalho, e a ideia de uma espécie de licença social. Acho que é importante que todos ouçam. Essa é uma expressão que não é só uma expressão retórica, esse é um projeto formalizado da empresa Aegea, significa que nós não vamos entrar em nenhuma comunidade sem construir licença social. O que significa isso na prática? Eu tenho participado, nos últimos dois meses eu participei de onze audiências públicas no interior, nos municípios Corsan, que estão contratando, estão minutando agora e adequando o contrato. A licença social sempre significa que a empresa construiu uma equipe, que eu integro, para fazer exatamente essa interface, essa interlocução com todos os atores impactados pelo saneamento básico, ou pelo serviço da empresa, já que é uma prestadora de serviço. Então isso evidentemente, os vereadores nem se fala, todos os órgãos de controle, o controle social, as procuradorias que são muito fundamentais em toda a negociação. Porque, na verdade, o novo marco também pretende dar segurança jurídica ao poder concedente. Um dos *gaps*, digamos assim, uma das falhas, um abismo hoje no Brasil é a questão da previsibilidade. Vocês, que são produtores de leis, talvez saibam isso muito melhor do que eu, né, talvez o grande valor ou grande desvalor do Brasil e da gestão pública, hoje, seja a brutal ausência de previsibilidade. O gestor quer tomar uma decisão, e talvez ele não tenha segurança em saber como é que vai estar o contexto daqui a seis meses, não estou falando seis anos, Ver. Oliboni, estou tá falando seis meses. A ideia do novo marco regulatório é que o poder concedente, o município, tenha essa garantia do sustentabilidade, que significa um plano claro de investimento, metas, objetivos, um contrato de performance que na prática significa o seguinte: os contratos de programa... É importante que se diga isso, me permita fazer uma janela. Hoje, após, doutora, a aquisição do controle acionário, a Aegea, agora Corsan, iniciou um processo, a força-tarefa de regularização dos contratos. É isso que nós estamos fazendo, são 317 municípios que tinham contratos de programa que, na verdade, vereadores, não é um contrato, de contrato só tem o nome, é um convênio de um ente público

com um ente público. Um convênio, a gente sabe, basicamente, do que se trata, não tem a força de um contrato, a força de execução. Por isso que historicamente se esperneia, os parlamentares cobram, a imprensa cobra, representantes e lideranças sociais fazem isso, e nós tivemos toda essa dificuldade de entrega da Corsan. Hoje, no Rio Grande do Sul, a gente tem, em termos de esgoto, de esgotamento sanitário, a gente não está nem perto de 50%. Dos 317 municípios da Corsan, dentro desse leilão que nós assumimos agora o controle, em torno de próximo a 80%, vereadores, vereadoras e doutor, perto de 80% têm zero de esgoto. Eu não estou falando de municípios pequenos, eu não vou dizer, eu não vou citar nenhum município, evidentemente por razões... Mas é assim, municípios importantes de médio porte, municípios que têm praticamente todos os indicadores quase europeus, quando chega no saneamento base é esgoto zero, água ok, esgoto zero. Essa é a realidade. Só para concluir, no Rio de Janeiro, portanto, aquele número expressivo de servidores da nossa Águas do Rio, a Corsan de lá, digamos assim, privada, são moradores da comunidade. Ali com um recorte que eu acho que é bem importante que se diga, porque uma das políticas, das metas da empresa é num período muito curto ter um percentual muito grande de mulheres e pessoas pretas em postos de liderança. Esse é um projeto que inclusive é cobrado pelo nosso investidor, pelo fundo de Singapura, a questão de governança, a questão de equidade, todas as equidades, mas especialmente equidade de gênero, de raça e tal. Isso de alguma forma é um valor agregado que vem junto com o pacote Aegea, que é disponibilizado ao gestor. Mais ou menos o que a gente estava dizendo, são alguns dos programas sociais que ficam à disposição do município que vai, eventualmente, contratar via licitação a Aegea ou esses da Corsan que já passaram pelo processo licitatório através do leilão, o mais conhecido que imagino que seja de todos conhecido é a tarifa social. O que a nova Corsan, agora privada, traz de incremento, Ver. Oliboni? A tarifa social já existe, tem até um regulamento da Corsan pública. O que a gente oferece aos prefeitos e às comunidades? É uma flexibilização dos critérios. Hoje, os critérios para integrar uma pessoa, uma família na tarifa social, são relativamente, relativamente não, são rígidos, por

exemplo, metragem de casa, é uma metragem pequena de casa. E a gente sabe que na periferia normalmente o que acontece é que tem uma casa, depois faz um puxadinho, a filha sai de casa, tem o filho que volta, o marido desaparece. Me perdoem, mas é nossa realidade, eu não estou escondendo nada. Então, na verdade, normalmente nós temos um complexo de duas, três, quatro pequenas casas, e esse contexto ficaria, em tese, pela regra de hoje, fora da tarifa social. A tarifa social é uma forma de, junto com as prefeituras, com o poder concedente, isso tem que partir sempre dele, evidentemente, poder fazer isso. O programa vem com a gente, é outro programa. A vereadora falava também da questão da ligação. Essa é uma questão muito importante, e a gente vem construindo com as prefeituras programas de educação, antes de mais nada. O que acontece? A partir do momento que a rede de esgoto – e é importante que se diga –, todos os nossos projetos que nós iniciamos, dos 317 municípios, nós já minutamos e já adequamos a concessão, já assinamos um contrato de concessão, transformando a base contratual de 221 – se não me engano ontem eram 221. Desses 221, nós já iniciamos a questão dos projetos, licença ambiental, daí a nossa direção de sustentabilidade, exatamente para iniciar o mais rápido possível, especialmente a questão do esgoto, Ver.^a Mônica, às obras. As obras que nascem, evidentemente, da construção de uma grande estação de esgoto, estações elevatórias dependendo do relevo, e toda a rede. O que a nova legislação – e a doutora vai me corrigir se eu estiver equivocado –, que a gente chama novo Marco do Saneamento Básico 2020, estabelece como regra e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, exige por normas de referência já editadas? Hoje nós temos que fazer, de novo, nós estamos no Rio Grande do Sul, o Estado, além de ser o Estado do Grêmio e do Inter, é o Estado do Solutrat. Solutrat, para quem não sabe, é a velha e boa fossa, filtro e sumidouro. Historicamente, a gente achou que isso é um sistema de esgotamento sanitário ok, e eu sempre pergunto: por favor, defina para mim sumidouro. Sumidouro significa mágica, para onde vai o resíduo das nossas casas? O resíduo orgânico das nossas casas vai para algum lugar, para o solo, para corpo hídrico, para o aquífero Guarani ou coisa parecida. Então, hoje, aquilo

que era admitido, inclusive, pelos órgãos de controle, eu então estava no Ministério Público, inclusive o programa estruturante do MP, o RESSanear, admitia isso, a Corsan admitia, os órgãos de controle sanitário e ambientais permitiam por quê? Porque o Solutrat é melhor em comparação com nada, era o possível a ser feito, e por isso que a Corsan fazia, incentivava, admitia etc.

A partir da nova legislação, significa que vamos ter que fazer rede de separador absoluto, rede pluvial. Esgoto separador absoluto significa fazer rede em todos os municípios, pelo menos os municípios da Corsan, significa garantir saneamento básico. Quando a gente fala em saneamento básico, a gente não está falando apenas em saneamento básico. Vocês falaram aqui em regularização fundiária, sem falar, falaram em saúde, sem falar, falaram em empregabilidade, sem falar, falaram na importância da Corsan em termos de destrancar empreendimentos, vereadores.

Então assim, um dos compromissos da Corsan privada é destrancar todos os empreendimentos e, de novo, sendo absolutamente transparente com todo mundo. Uma das naturezas da empresa privada, evidentemente é buscar a expansão da sua base de clientes. Significa que um novo loteamento, no seu município ou em qualquer município, um novo condomínio, uma nova planta industrial, uma empresa grande, um centro de logística que vai se instalar em um município, não pode ser um problema para a Corsan, são novos clientes. E a Corsan privada, ela precisa ser, pela natureza empresarial dela também, mas não só por isso, parceira do progresso dos municípios. Não faz o menor sentido se trancar burocraticamente para concessão de uma licença. Por exemplo, eu acho que todos acompanharam, ou pelo menos vocês têm alguma notícia da situação que tínhamos até poucos meses atrás no nosso litoral, especialmente o litoral norte. Os empreendimentos estavam simplesmente trancados, e não é a concessão do habite-se; é a possibilidade de iniciar qualquer obra, não dava para mexer na terra. Havia uma ação civil pública do Ministério Público Federal, principalmente ela, mas não apenas ela, o fato concreto que, por falta de, digamos assim, de ações de liberação e de uma estrutura e de um projeto sólido e robusto de saneamento básico no litoral, a gente tinha a situação que todos

acham que... enfim, empreendimentos maravilhosos, condomínios de luxo, classe AAA, e jogando esgoto, quando muito jogando esgoto para uma lagoa ali pertinho e tal. Em seis meses, a Aegea, numa negociação ampla com todos os interessados, prefeitos, Ministério Público Federal, ministérios públicos estaduais e todos os demais, vereadores de cada um dos municípios, a gente conseguiu aprovação de um projeto e destrancar as obras. Vejam, qual é o grande mercado de trabalho do litoral, meus amigos? Como as pessoas, na média, sobrevivem no litoral? Construção civil. Isso estava há quase dois anos parado. Teve um prefeito que conversou conosco e, quase chorando, disse assim: “Faccioli, eu não posso ir na padaria mais, eu não consigo ir na padaria, porque o pessoal me cobra porque não tem trabalho, as pessoas precisam ganhar, precisam comprar pão para os seus filhos.” E não tinha possibilidade de liberação da maioria das obras que estavam lá.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Desculpe eu interromper. Essa mão de obra é aquela importada de outros estados, ou vocês prepararam as pessoas locais para poder atuar?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Excelente pergunta.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Porque as reclamações que tem é que a mão de obra daqui não é preparada e os grandes empreendimentos têm que trazer de fora.

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: A sua pergunta é muito oportuna, vereadora. Eu me permito até antecipar o que ia dizer, para gente ganhar tempo. Uma das questões que vem se falando – nada a ver com ideologia, nada a ver com modelo, não vou defender o modelo e muito menos ideologia – a transição que nós estamos passando agora, entre outras coisas, teve uma consequência prática e inevitável. Como nós fizemos talvez o melhor acordo trabalhista da história das privatizações, concedendo justamente aos servidores da Corsan

uma estabilidade de 18 meses, significa que, na prática, nos 18 meses, gera uma possibilidade de pedido de exoneração, com uma indenização boa, salário médio para cima, com uma indenização excelente. O que aconteceu, meus amigos? Nós tivemos, de cara, arredondando, 2 mil pedidos de exoneração, e nós evidentemente... É um direito do trabalhador, especialmente aquele que está do meio para o fim da carreira, não tem o que fazer. O que nós fizemos, nesse caso, entre outras coisas, Ver. Ramiro? Nós construímos uma negociação, caso a caso, para que esses colegas que saem por decisão pessoal, por outro rumo na vida, na carreira, e também pela indenização, que eles ficassem um tempo e se fizesse uma espécie de *coaching* aos servidores que estão chegando. Então, não há política de substituição; há, sim, sendo privatização, evidentemente, uma política de terceirização na ponta, o que é absolutamente inevitável, porque não tem mão de obra suficiente, especialmente em algumas regiões do Estado, mas não há nenhuma política direcionada para essa situação; muito pelo contrário, e é importante a sua pergunta também para dizer o seguinte: o que a gente constrói com cada prefeito, durante a negociação, vereadores, para transformação do contrato de programa em concessão? A gente apresenta as políticas da empresa, uma delas qual é? Priorizar a mão de obra, a empregabilidade e o empreendedorismo local. Se numa região qualquer, digamos aqui na nossa região da Grande Porto Alegre, nós temos aqui empresas com condições de prestar serviço de qualidade, passando pelo *compliance* da empresa, é do nosso interesse e não tem nada, não tem nenhum erro ético, muito menos legal e jurídico, que a gente tente priorizar, como diretriz, as empresas, desde que passem é pelo *compliance*, enfim, por tudo que tem que passar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu queria, se o senhor conseguisse concluir ali, quando o senhor fala que agora, a partir de então, desse acordo com os prefeitos, teve uma nova modalidade. Antes jogavam na lagoa, isso e aquilo, tal. Hoje, como é que ficou? Hoje tem acordo?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI:... Hoje tem um sistema que foi apresentado, por exemplo ao Ministério Público Federal, responsável por toda a região. Havia uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, Dr. Cláudio, se não me engano, que trancava todos os empreendimentos, literalmente, não é figura de linguagem, todos os empreendimentos. Hoje se você fez um novo sistema, até a Liliani depois vai me corrigir, complementar, se for necessário, mudando a metodologia, digamos assim, criando um ponto... Como é o nome do arroio? No rio Tramandaí; um ponto de descarte, a partir, evidentemente, de todo o processo, digamos, entre aspas, de limpeza, diferente... Antes a gente tinha as lagoas de decantação – a palavra técnica não é essa, mas para que eu entenda e possa ser entendido também, aquelas próximas às praias. O senhor vê, do lado da Estrada do Mar, para o lado da Serra, ainda existem várias. Esse era um sistema, digamos assim, possível para o momento, mas não o ideal em termos ambientais, mas como o Ministério Público tem que ser, e é, digamos assim, rigoroso na questão da legislação ambiental, não se aprovava nada, ficava tudo bloqueado. Então, hoje tem um sistema novo, que oportunamente, se houver um interesse do senhor e dos colegas, a gente pode inclusive apresentar e encaminhar, não é Liliani, o detalhe técnico disso, mas o fato é que hoje nós temos um acordo nessa Ação Civil Pública, viabilizando o recomeço de todas as obras, aquelas que estavam trancadas, exatamente porque agora nós temos um sistema que, aos olhos dos órgãos de controle, é ambientalmente adequado. A gente fica à disposição depois para detalhar cada item desses, para não roubar muito tempo dos senhores e das senhoras. Tarifa social, vem com a gente a questão da ligação, só para concluir a referência que a vereadora tinha feito. A partir do momento que chegar em frente à sua residência ou residência de qualquer um de vocês, que ainda não tenha esgoto tratado, não é o caso de Porto Alegre, nasce ali o direito/dever da empresa de fazer a ligação, bem como do cidadão de viabilizá-la. A questão da sustentabilidade, eu, de alguma forma, já falei, ali são alguns dos programas que são, na verdade, metas contratualizadas internamente pela empresa: negros na liderança, a questão da redução do consumo de energia... Eu sei que todos sabem, mas acho que não

é demais destacar, o grande insumo do saneamento básico é energia. Faltou luz, parou de funcionar a estação de bombeamento. Se a pessoa não tiver uma bela caixa d' água ou reservatório, daqui a um pouquinho não está pingando mais nada na torneira. Então, um dos desafios, digamos assim, de qualquer concessionária de saneamento básico é construir soluções e evidentemente parcerias com as operadoras de energia. O que nós fizemos, permitam-me até citar? Infelizmente hoje a gente está passando por um segundo episódio, graças a Deus muito menor do que aqueles que tivemos, doutora, no Vale do Taquari no ano passado, que todo mundo acompanhou, aquela situação horrível, enfim, Muçum, Encantado, Lajeado, Estrela, cidades grandes, médias e pequenas. Naquele momento, como todo mundo sabe, houve toda aquela dificuldade de falta de abastecimento de energia elétrica, pelas circunstâncias da concessionária, que certamente estão sendo resolvidas – tenho certeza disso; naquele momento, entre outras coisas, a empresa, a RGE e a Corsan, fizemos uma espécie de operação, força-tarefa e, entre outras coisas, fizemos o que para garantir a pronta resposta, a retomada basicamente da água? Nós contratamos uma série de geradores de energia elétrica, que ficaram à disposição dos municípios, alguns deles são móveis, podem ser transportados com alguma facilidade, o que permitiu que a gente retomasse o abastecimento de água com uma velocidade assim muito, mas muito maior do que a média histórica, por quê? Porque energia elétrica é o insumo fundamental.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Só para reforçar, até eu havia conversado com o Dr. Dallazen sobre isso também, dessa operação que vocês montaram naquela oportunidade; havia... Bom, nós estamos falando aqui de dezenas de geradores que foram contratados pela Aegea; muitos, havia disponibilidade no mercado local, inclusive, no Rio Grande do Sul?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Também.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E esse tipo de contratação, se puder falar a Dra. Chachamovich também, se fosse pelo DMAE ou se fosse pela Corsan pública, tu terias que fazer ali não uma licitação, mas uma contratação emergencial, que teria os órgãos de controle.

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Um processo administrativo, uma licitação, ou dispensa de licitação, uma justificativa, então, evidentemente, uma burocracia técnico-jurídica muito maior, especialmente um tempo muito mais longo, muito mais longo. Então isso fez com que a contratação imediata, a negociação...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Em quanto tempo vocês conseguiram colocar a operação com os geradores, sabe dizer?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Eu acho que a Liliani pode... Assim, eu lembro que, nas cidades que têm a minha responsabilidade meio direta, nós tivemos, a partir do estouro do problema, em algumas, dez dias, uma semana. A gente já foi contratando, e aí, se vocês lembrarem ali a crise do Vale do Taquari, tinha algumas cidades, teve uma cidade que eu lembro que a gente até ajudou também, porque, nesse momento, não tem bloco Corsan, não tem bloco não sei o que, tem gente, gente numa situação absurda ali. A gente, por exemplo, deu suporte para Muçum. Muçum era um caos, tenho certeza que vocês acompanharam aquela tragédia que, a rigor, a rigor, nem está concluída ainda. Então isso foi feito muito rapidamente, por quê? Porque tinha toda a dificuldade da operação de energia elétrica, nós não tínhamos alternativa. Essa é uma das vantagens, digamos assim, da flexibilidade da Aegea, de novo, sem qualquer ranço ideológico...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Temos mais perguntas, quando o senhor puder concluir a apresentação.

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Posso concluir ali? (Pausa.) Pode passar. Então aqui são as operações, algumas delas do Rio de Janeiro; aqui, também. Eu vou agilizar aqui para depois fazermos as perguntas. Pode passar também. Aqui, a Baía de Guanabara, e eu acho que não é apenas simbólico, mas absolutamente fundamental o que está sendo feito ali. Ali, algumas das ações da Baía de Guanabara nesse período, o que já significou, em alguns em alguns pontos dela, com medição técnica já, um recuo absurdo da poluição, graças a Deus. Pode passar, por gentileza. Aqui, é a Lagoa Rodrigo de Freitas; nós, praticamente, em dois anos e meio, já recuperamos a balneabilidade, pelo menos as condições; e quem conhece a Lagoa Rodrigo de Freitas sabe que não é pouco, é uma entrega importante no aspecto social e, especialmente, ambiental. Pode passar, por favor. Aqui, uma reportagem, mas vamos passar. Planejamento. As bacias hidrográficas; aqui, alguns números que vão ficar à disposição dos amigos, depois a gente compartilha, isso deve estar à disposição dos vereadores, de quem quiser. As bacias são as principais entregas, as ações, nos municípios cuja operação é da Corsan, evidentemente, mas, dentro de um sistema, e, portanto, aí a colaboração e a cooperação são absolutamente necessárias. Ninguém é, digamos assim, dono da despoluição, mas todos são contribuintes para a poluição; então, se a gente não tiver uma visão sistêmica e colaborativa, inclusive entre as empresas concessionárias, a gente não vai chegar ao resultado sonhado pelo povo gaúcho. Pode passar, por favor. Aqui, o detalhamento de cada uma das bacias – vai ficar à disposição de vocês. A gente está falando dessas bacias aqui da região que foram propostas pelo vereador. Pode passar também.

Aqui, a famosa bacia do lago Guaíba. Ali, algumas entregas – eu vou passar, não vou citar cada uma delas, mas vai ficar à disposição. As ações já realizadas dentro dos municípios Corsan com impactos sistêmicos. Vejam, todas com impactos sistêmicos. E a gente está falando de um microssistema, nem é tão micro assim, é o sistema aqui da Região Metropolitana, com esses corpos fundamentais hídricos. Pode passar. Ali, são importantes os percentuais, isso tudo são dados que vão ficar à disposição dos vereadores e da população, de

quem quiser receber. São dados do SNIS, não tem chute nenhum, são dados oficiais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, que indica os números do saneamento básico – se não me engano, atualizado em 2022, já tem uma nova atualização. Pode passar. É a mesma situação, agora no Rio dos Sinos. Quero respeitar o tempo, pode passar de novo. Os investimentos da Corsan. Vamos passando.

Ali, eu destaco, não posso passar; aquilo ali é o nosso Centro de Operações Integradas; ficam os vereadores convidados a conhecê-lo, aqui, no prédio do Banrisul, na sede da Corsan. É uma tecnologia que já existe nas outras operações da Aegea, aqui, na Corsan. O que é isso? É um Centro de Operações Integradas que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, em todos os municípios com Corsan, faltam poucos a digitalizar. Na prática, significa o que, meus amigos e minhas amigas, especialmente os nossos vereadores aqui, que são o controle público e social, ao mesmo tempo? Ali, qualquer tipicidade numa rede da Corsan, por exemplo, muda a pressão numa adutora, isso é um indicativo de possibilidade de dano, de quebrar, de romper, de alguma coisa; então aquilo ali acende um alerta, uma luzinha vermelha e um alarme; automaticamente, a equipe local da gestão local e regional vai acudir rapidamente. O que hoje acontece, na prática, Ver.^a Mônica? Hoje, estoura uma adutora, e tem um certo tempo, e isso vai bater no vereador da cidade, vai bater no jornal, vai bater no rádio, depois no prefeito, talvez antes no secretário. Esse processo, digamos assim, de suporte eletrônico vai inverter essa ordem, vai reduzir, evidentemente, as ocorrências, porque algumas o prefeito vai ficar sabendo já da solução, não vai ter sentido o problema em si, e, evidentemente, o tempo de resposta, que é o que mais interessa ao consumidor. O cidadão quer saber: “olha, está faltando água, eu quero saber por que está faltando água e quanto tempo vai demorar para a água retornar” – para pegar o exemplo mais bobo, mas não menos importante. Então aqui fica o convite para os vereadores que tiverem interesse em conhecê-lo, fica à disposição o nosso COI – Comitê Olímpico Internacional – aqui no prédio central. Pode passar. Valores de investimento, sistema de abastecimento de água e aqui de novo: as modelagens

que a gente trabalha em relação à Corsan agora sob governança da Aegea são modelos sistêmicos. Por quê? Porque não faz o menor sentido, enquanto impacto sistêmico, a gente pensar em resolver o problema de água, especialmente de esgoto, por exemplo, numa cidade que é balneada pelo lago Guaíba se não tiver algum compromisso e uma construção colaborativa – digamos assim – com todos os atores em relação ao sistema. Senão a gente vai ficar fazendo que nem o beija-flor que larga uma gotinha de água para apagar o incêndio e está tranquilo porque fez a parte dele. Eu tenho certeza de que isso é insuficiente, talvez fosse para a empresa, mas não para a comunidade. Pode passar, por gentileza. O sistema de esgotamento sanitário e aí é um resumo do resumo com base em bacia. Cada Município com quem nós estamos contratando e, em todos os Municípios, a Corsan tem no seu projeto pelo menos uma grande estação de tratamento de esgoto, toda a rede de separador absoluto, estações de tratamento de água, estações elevatórias de bombeamento – quantas necessárias, considerando o relevo, a geologia –, tem a questão do abastecimento. Um projeto, Ver. Ramiro, que é um projeto estruturante, básico e transversal – digamos assim – do programa, de todos os programas da Aegea é o chamado resiliência hídrica. Qual é o grande problema hoje que nós temos em todos os lugares, mas aqui no Rio Grande do Sul? Falta de água. Não é isso? A gente não está – a gente, eu falo Brasil, ninguém entenda, não é nada em relação a nenhuma empresa, nenhuma cidade – olhando por cima, olhando a floresta e o macro Brasil, nós não temos planejamentos eficientes tanto para estiagem quanto para o oposto. Mas especialmente no caso da estiagem, a questão da reservação de água. Então, a resiliência sistêmica é a base de toda a questão do projeto de água. Pode passar, por gentileza. Aqui alguns números que eu acho bem importantes. Nós já temos nesse microcosmo dessas bacias mais de dois milhões de pessoas atendidas. A gente está falando de impactos que tem a ver, inclusive, com antes do leilão. Um pouquinho antes do leilão, já estávamos em nove municípios através da PPP da Metrosul. Ali tem alguns dados que eu acho bem importantes. Não tem aqui, vereadores, em toda apresentação da empresa, a gente repete um gráfico que

mostra exatamente a relação do crescimento de cobertura de esgoto com o decréscimo de internação hospitalar por doenças de veiculação hídrica, especialmente diarreia de crianças até cinco anos. Pode passar. Eu vou passar meio correndo para a gente concluir. Aquilo que eu disse, a questão de uma visão sistêmica. Pode passar. Aqui algumas das entregas. Nesse período, especialmente através da Metrosul, nesses municípios da região dessas bacias operadas pela Aegea, pela Corsan, nós tivemos mais de 67 mil novas residências conectadas, 34 estações de tratamento de esgotos. E tem a questão das piscinas ali, a rede coletora. Então tem uma métrica que nós usamos, em que se usa, se convencionou usar no saneamento básico que são piscinas olímpicas, o número de piscinas olímpicas que, pelo tratamento, deixa de ser despejado o esgoto in natura na natureza. Nesse período, foi aquele impacto. Esse é o resumo de alguns números importantes para definir ou para, pelo menos, informar aos senhores e as senhoras as principais contribuições da Corsan nesse período já na sua feição privada. Pode passar. Os serviços realizados, aquilo ali nós estamos falando, amigos e amigas, de manutenção. Tão importante quanto a construção de obras novas é a manutenção, a troca de redes. Nós temos, e quem é da área ambiental sabe disso, a legislação passou a proibir determinados materiais, muitos deles utilizados em redes subterrâneas e nós vamos ter que trocar todos eles. Pode passar. Relacionamento com o usuário, na verdade, é o que a gente vem fazendo, alguns projetos sociais, o porta a porta, o projeto comunidades que é muito importante. Oportunamente, a gente pode detalhar um pouquinho melhor a questão da sinergia com lideranças locais, comunitárias e a construção coletiva em parceria, digamos assim, inclusive com as soluções mais adequadas àquela região, respeitando a cultura local, respeitando a história local, etc. e etc. Pode passar, por favor. Região Metropolitana, a Ambiental Metrosul, essa PPP que existia dois anos antes do leilão da Corsan. Ali, um exemplo de uma ação no bairro Guajuviras, em Canoas, eu imagino que todos conheçam a importância daquela aglomeração urbana. E o número de algumas obras que foram construídas, por exemplo, 16 quilômetros de tubulação desobstruídas. Vejam que isso não é uma obra nova, mas é uma

obra absolutamente fundamental. Não adianta ter a melhor adutora do mundo trancada.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Fazer uma pergunta para encerrar. Ali, 50% de redução de chamados, isso aqui dos chamados do dia a dia. A gente brinca muito da questão do DMAE, a questão dos cavaletes, não é, Dra. Chachamovich, tem cavaletes do DMAE pela cidade, muitas vezes os serviços demoram tempo também para poder fazer essa...

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Perfeito. Isso são os nossos BOs de todas as plataformas de reclamação, por telefone, por *app*. Então, reduzir o número de chamados significa reduzir o número de reclamações, presume-se...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): De todas as demandas? De todo tipo de demanda?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Sim, evidentemente, é um valor aproximado que produz uma média.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E na questão de prazo de atendimento?

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Redução também, uma média mínima de 50% do tempo, mas, evidentemente, a gente está construindo através de consultorias e pesquisas para apresentar a todos os órgãos de controle números com base científica, para não parecer simplesmente venda de um produto. A gente tem todo esse levantamento praticamente diário e a gente vai construí-lo de modo mais estruturado para compartilhar com todos os órgãos de controle especialmente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, uma ampla apresentação. A Sra. Fernanda Chachamovich está com a palavra.

SRA. FERNANDA CHACHAMOVICH: Bom dia a todos, queria agradecer, em nome da Procuradoria Geral do Município, o convite para participar dessa reunião, cujo tema é tão relevante para o nosso Município. Queria só esclarecer que a minha participação aqui hoje é tão somente como ouvinte, com o intuito de observar e de obter conhecimento suficiente para repassar para os gestores para que sempre as decisões possam ser tomadas com a maior segurança jurídica possível. Coloco a Procuradoria à disposição para qualquer dúvida, para qualquer necessidade de esclarecimentos e novos debates. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Esta é a primeira reunião, espero que tenham muitas outras reuniões, porque o tema é extremamente importante, tudo aquilo que envolve os porto-alegrenses. Nós, como legisladores que fazemos leis, precisamos ter muita responsabilidade nesse tema, mas eu sempre me preocupo que o mundo... De Paris a Berlim, por exemplo, há lista de mais de 400 cidades que realizaram a experiência da privatização e estão reassumindo os serviços, porque a experiência não funcionou. Então eu tenho uma vasta pesquisa com nomes, com fontes e talvez tenha me debruçado a isso porque o vereador João Antônio Dib, que foi prefeito, como eu já disse, engenheiro, ele era um profundo estudioso da questão do DMAE, e algumas coisas eu acompanhei com ele, como, por exemplo, o sucateamento do DMAE. Havia técnicos, engenheiros, pessoas extremamente capacitadas e, como disse a Ver.^a Lourdes, elas foram se aposentando, não houve reposição. Então eu tenho uma grande preocupação nessa área e eu o meu encaminhamento aqui seria exatamente na linha de muitas outras reuniões. Por exemplo, Estados Unidos, quando o assunto é privatização, os Estados Unidos tiveram, nos últimos anos, 67 serviços reestatizados, segundo o Instituto Transnacional, contratos de água,

de energia são alguns dos que foram revertidos em cidades espalhadas por estados tão diversos, quanto Flórida, Havaí, Minnesota, Texas, Nova Iorque e Indiana. Então são coisas assim que me chamam atenção e que nós não podemos errar. Por isso, é necessário que se façam muitas reuniões, debates, que venham especialistas nessa área para que a qualquer movimento seja feito sempre pensando no bem comum da população, principalmente aqueles mais vulneráveis, que não têm as condições às vezes de se manifestar e que são os que sofrem na ponta. A considerar pelo modelo da CEEE Equatorial, eu quero-lhe dizer que essa concessão deveria ser revista, porque é uma vergonha o que aconteceu no nosso Estado. Pessoas ficaram sem energia, eu já perdi até as contas do tempo que ficaram sem energia. Então acho que é um tema profundo e que nós precisamos... Agradeço a sua explanação, anotei, acompanhei, depois vou trazer para debate com as pessoas que me assessoram nessa área de engenharia, jurídica, enfim. Mas o meu encaminhamento, Presidente, e como vice-presidente desta Comissão, é que para que mais reuniões sejam feitas com essa pauta. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Tanise Sabino está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia a todos, quero parabenizar o nosso colega Ver. Ramiro pela pauta excelente, fazer uma pequena proposta, pois como foi um assunto bem técnico, seria importante alguém do DMAE da área técnica, porque veio da área jurídica, importante também, claro, mas alguém da área técnica, tem tantos profissionais bons lá. Eu trabalhei no DMAE de 2005 a 2009, mas eu trabalhei num setor de qualidade de vida, chamado gabinete médico, vulgo gabinete médico, da seção médica odontológica e social. Então, de 2005 a 2009, eu lembro muito bem desse dado, havia 2.500 servidores no quadro. Eu estou com uma apresentação do DMAE hoje e tem 1.450, e 358 servidores com previsão de se aposentar entre 2023 2024. Então é isso que a Ver.^a Mônica diz, essa questão do DMAE está bem

difícil, e eu lembro de histórias quando, eu trabalhava no DMAE, muitas vezes os servidores quando eles iam para a rua abrir algum buraco, algum sistema, chamavam os servidores que já tinham saído do DMAE, porque era aquele servidor que conhecia aquela rua, aquela tubulação. É impressionante isso, não é? Mas, enfim.

Quanto ao colega Faccioli, quero te parabenizar pela apresentação. Pelo que foi posto, a gente viu que teve um impacto de gestão, a questão da agilidade, transparência, captação de clientes. Eu aprendi muito, inclusive, não sabia que existia o termo “resiliência hídrica”, gosto da palavra resiliência, agora “resiliência hídrica”... Eu só queria te perguntar uma coisa: de tudo que foi exposto, se, pelo trabalho que está sendo desenvolvido, será possível cumprir o Marco Legal até 2033, de 99% do saneamento tratado, da água, e 90% do esgoto.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu é bem rápido, eu só queria deixar como encaminhamento, eu fiquei bem preocupada com a questão da língua negra, é esse o nome?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): É.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu acho que nós podíamos fazer, enquanto comissão...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): É o nome mais técnico possível.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): ...fazer o encaminhamento de um pedido de informações para o Município, para a gente ver se a gente tem como alinhar isso e ver o porquê que não tem essa ligação, porque existe a rede de esgoto. Por que ela não está interligada, por que ela não está trabalhando da forma correta? Talvez detalhe que a gente possa resolver e que nunca veio a fim. Isso era uma coisa que eu não tinha conhecimento, mas eu acho que é importante a gente fazer, enquanto comissão, esse movimento, para que o

Município possa nos responder e buscarmos juntos essa solução. Queria deixar como encaminhamento essa questão. Obrigada.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E não só ali, Ver.^a Cláudia, ali claro que chama muito a atenção, porque fica aos olhos de quem passa, percebe que ali tem esgoto. Se nós formos considerar que a Ver.^a Lourdes antes trouxe os dados do Pisa, muito se falou do Pisa na época. O Pisa colocou uma capacidade instalada de tratamento na cidade de cerca de 72%, mas nós tratamos apenas 54%. Por que isso? Porque, justamente, boa parte dos bairros não tem o separador absoluto, ou tem, e as economias não estão ligadas. Por mais que nós tenhamos a capacidade instalada de tratamento de esgoto de 72%, a gente trata menos do que isso, porque não há essa outra estrutura.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Essa informação que a gente tem que ter, para poder buscar a solução.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Eu tenho algumas perguntas aqui também e considerações, Ver.^a Lourdes. Primeiro, quero parabenizar aqui as vereadoras e, muito especialmente, a Ver.^a Mônica, com a preocupação que têm com o tema. Isso é fundamental, que bom! Nós aqui discordamos no posicionamento específico, talvez eu já esteja convencido, a vereadora já está convencida também, e nós podemos buscar um consenso, isso é muito importante. Eu acho que esse é o foco. Com relação a... e até gostaria que aqui o Faccioli pudesse esclarecer isto também: volta e meia, aparecem nos debates, nas discussões esses dados a respeito de Paris e de Berlim. A bem da verdade, se puder nos esclarecer isso, Faccioli, a informação que eu tenho é que nesses espaços foram feitos o que nós temos aqui de modelo de concessão por período determinado de tempo. Nós fazemos concessões de 20 anos, como é o caso da iluminação pública, nós fazemos concessões de 35 anos, como é o caso do Parque Harmonia e do trecho 1 da orla. Quando finda essa concessão, cabe ao poder público dizer: "Olha, voltamos ao modelo estatal, ou não?" Quando a

concessão tem um objetivo com início, meio e fim, por exemplo, a universalização do esgoto, bom, se findou, pode seguir com o privado, ou pode retornar para o Estado, tendo em vista que já foi atingido o objetivo. Gostaria que pudesse, Faccioli, se tiver essa informação, falar sobre isso. Aqui, dos cavaletes, eu retomo a pergunta. Se puder depois até nos trazer dados, Faccioli, sobre essa diminuição do prazo, do período. A IPSul, por exemplo, que é um processo de desestatização que nós fizemos, aqui na cidade, da iluminação pública, reduziu o atendimento de 15 dias, para troca de uma lâmpada, para 12 horas. Isso é extraordinário. Nós temos modelos, e o tema da Equatorial sempre vem, e vem com razão, muito pertinente, porque a Equatorial é um problema, a Equatorial não tem conseguido dar a resposta ou, pelo menos, se comunicar com a sociedade de como é que estava a situação da CEEE, como é que eles pegaram, o que está precisando fazer e quanto tempo vai precisar de volume de investimentos para poder melhorar, mas nós temos bons exemplos na cidade, próximos de nós, de desestatização. Elenquei alguns aqui: a IPSul, da iluminação pública, é um deles; o Harmonia e o trecho 1 da orla é outro; as paradas de ônibus também é um modelo de desestatização, uma PPP; as placas de rua, relógios de rua; mais recentemente, a Carris também, e o prefeito tem falado dos investimentos que a Carris está fazendo agora e a facilidade na parte de mecânica e manutenção, para poder fazer as entregas melhores. Por fim, a questão da ligação nas economias. Vocês fazem também, porque esse é um ponto que o DMAE, volta e meia – a Dra. Chachamovich até pode nos esclarecer aqui –, diz: “Não, a responsabilidade da ligação é do proprietário”. E eu entendo isso, em base legal, inclusive, de fato, é do proprietário, mas, a partir do momento que nós temos, e aí é um ponto positivo do Equatorial. A Equatorial tem regularizado vilas irregulares, a Equatorial tem levado poste, iluminação pública para as vilas irregulares em Porto Alegre, coisa que o poder público não pode fazer, porque daí o gestor vai ser responsabilizado no seu CPF. Se o DMAE colocar água, esgoto e obras numa área irregular, que não está regularizada, ou em processo de regularização, o gestor do DMAE vai ser apontado pelos órgãos de controle, e com razão. Isso a iniciativa privada não passa, a iniciativa privada

assume o risco, mata no peito e pode fazer. Então, gostaria que vocês pudessem falar dessa parte de ligação das economias também, se vocês fazem isso pela Corsan, ou exigem do cidadão.

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Quero pedir sua autorização para diretora Liliani também fazer o cumprimento. Vou começar pelo fim, rapidamente aqui. Na questão das ligações, nós temos a seguinte circunstância: a operadora diz há uma obrigação legal do cidadão, o cidadão tem que fazer a ligação, tanto que a legislação criou o que a gente chama de taxa de disponibilidade, a partir do momento em que a rede está ali apta a ser ligada, a empresa pode cobrar do cidadão uma taxa de disponibilidade, mas isso é insuficiente, porque o que nós, enquanto cidadãos, enquanto, digamos assim, pessoas que estão querendo respeitar a qualificação do nosso meio ambiente, simplesmente cobrar uma taxa não nos interessa, ou seja, aquele dano ambiental continua sendo produzido. O Município tem, e só ele tem, o poder concedente, o poder de polícia administrativa; a concessionária não tem, isso não passa pela delegação. Nós temos que construir, junto com os municípios, programas de incentivo, de orientação, mas basicamente de incentivo, inclusive casando, eventualmente, com o programa de tarifa social, naquelas comunidades que realmente as pessoas, por vulnerabilidade financeira, econômica, não têm condição. Às vezes, é um valor, sei lá, de R\$ 200,00, mas aquela família não tem condição de R\$ 200,00. Essa é uma pergunta.

A pergunta, a observação da Ver.^a Mônica. Evidentemente, como eu disse no começo, não vou me desmentir agora, eu não vou fazer a defesa ideológica de nenhum modelo, mas eu tenho que fazer referência, enquanto informação: alguns modelos europeus que a senhora citou, na verdade, é uma transição – eu lembro de dois importantes, inclusive na França – de retomada, a partir da expiração do prazo da concessão, de uma concessão que foi bem sucedida, tanto que os bens reversíveis são muito qualificados. Não estou dizendo que são todos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Não, eu estou citando de alguns casos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI: Em várias. De novo, eu não quero defender nenhum modelo, mas em alguns casos, para usar o exemplo da Europa, houve a expiração, o fim, foi cumprida a concessão, o prazo, seja de 15, 20, 30 anos, e foi retomada, como é o caso dos nossos contratos. A senhora fez a pergunta em relação a qual é a garantia; evidentemente não tem a garantia do futuro. Uma das garantias principais é esse novo contrato de concessão, ou seja, os municípios, a partir do novo marco, eles vão ter que transformar o seu convênio com a Corsan pública, agora com um contrato de concessão, com matriz de risco, com matriz de sanção pelo descumprimento e todas aquelas previstas na lei de concessão. Então, hoje, o município, o poder concedente, não só a sociedade, mas o município, poder concedente, tem uma ferramenta forte, um contrato vigoroso, com executividade, portanto os riscos e problemas da concessionária, inclusive com os órgãos de controle, são muito maiores, e o nosso grande ativo é a nossa eficiência operacional.

Agora, só para concluir, eu acho assim: evidentemente não vou fazer comentário sobre nenhuma outra operação nem do Brasil nem fora dele, eu acho que a gente pode apresentar, vereador, um convite para que fique à disposição para passar todas as informações sobre as demais operações da Aegea no resto do Brasil, para que vocês conheçam o resultado e façam uma melhor avaliação dele. Vou passar para a colega.

SRA. LILIANI CAFRUNI: Obrigado Faccioli. Sou diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Corsan. Na verdade, eu só ia fazer uma contribuição: recentemente o DMAE pediu para fazer uma visita ao COI, nosso sistema de

controle, onde tem as demandas, porque a gente fala em redução de 50% das nossas demandas de atendimento, porque é muito diferente o rompimento de uma adutora do rompimento simplesmente de um cano numa rua. Então há uma redução ali, nós temos todo um controle no nosso COI, acho que é um lugar que vocês poderiam visitar e compartilhar. Recentemente também saímos na RBS, porque tem um satélite que cuida das nossas perdas, a questão das perdas é algo muito relevante para o saneamento, a gente tem que reduzir as perdas, e é do marco legal a gente refazer a redução de perdas. O nosso sistema, o COI, é um sistema integrado de toda companhia, e ele cuida tanto da questão de pressão quanto da questão de resiliência hídrica, nós temos hoje todos os nossos níveis de mananciais em telemetria. Em relação à estiagem, hoje, nós conseguimos também dar suporte ao Centro de Controle do Estado, o Departamento de Recursos Hídricos usa o nosso Centro de Controle para níveis de mananciais em estiagem, então o nosso Centro de Controle tanto cuida da questão de resiliência quanto da questão operacional, mas principalmente da questão do nosso cliente, para que a gente possa, cada vez mais, ter um atendimento mais rápido e eficiente aos nossos clientes, pois é uma grande preocupação para nós o atendimento do nosso cliente. Nós recebemos lá a diretora operacional, o diretor, mais de 20 pessoas do DMAE que conheceram nosso Centro de Controle Operacional, e eu acho que fica então o convite para que vocês também possam conhecer o nosso sistema, para ver a rapidez e a eficiência que a gente consegue estar atendendo cada vez mais o nosso cliente na área do Rio Grande do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Para finalizar os encaminhamento, outras reuniões sobre a pauta, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, cada vereador pode propor. O caso da língua negra, um pedido de informações para ver o que o DMAE tem a informar, tanto nessa região como em outras regiões que a gente sabe que não está ligado, que é a Vila dos Pescadores, mais adiante. Mais algum encaminhamento, Tanise, Ramiro?

Agradeço a todos que participaram, até a próxima reunião, na terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h36min.)

TEXTO SEM REVISÃO